

## Pregão Eletrônico

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA SUPERINTENDENCIA REGIONAL DA POLICIA FEDERAL EM ALAGOAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2022

O AMIGÃO COMÉRCIO DE ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ de nº 18.008.915/0001-09, com sede na Rua Abelardo Pugliese, nº 55, Jatiúca, Maceió – AL, CEP – 57.036-020, por intermédio de seu representante legal, o Sr. KLEBER GASTÃO CAVALCANTI DE OLIVEIRA, infra-assinado, sócio administrador, identidade 26601770-8, SSP/SP, e CPF n. 157.715.308-16, na condição de licitante no certame em epígrafe, vem mui respeitosamente, ante a presença de Vossa Senhoria, na forma da legislação vigente e em conformidade com o art. 4º, inciso XVIII da Lei nº 10.502/02, para tempestivamente, interpor RECURSO ADMINISTRATIVO em face da necessidade de realizar diligências com a iminente necessidade de apresentação de notas fiscais de modo a esclarecer a veracidade acerca do teor do valor ofertado pelo licitante vencedor, além de realizar diligências no endereço do fornecedor.

#### I. DA TEMPESTIVIDADE:

O AMIGÃO COMÉRCIO DE ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA – ME participou do certame licitatório em questão, ocorrido no dia 03 de Março de 2022 cujo objeto é registro de preços para aquisição de água mineral.

Cumpra esclarecer que o presente recurso é apresentado tempestivamente, estando, pois, dentro do prazo de 3 (três) dias contados da manifestação da nossa intenção de interposição do referido recurso, que se deu no dia 03/03/2022. De acordo com o que preleciona o artigo 26 do Decreto nº 5.450/05 e subsidiariamente, artigo 109 I, da Lei nº 8.666/93.

#### II. DOS FATOS E FUNDAMENTOS:

Após o encerramento da disputa com base no menor preço da oferta para os lotes desta licitação, o pregoeiro deu início à fase de verificações dos requisitos de habilitação dos licitantes que arremataram os lotes.

A experiência nas licitações nos mostra que diligência como esta são comuns nas contratações públicas e não é um ato ilegal ou excesso de formalismo, visto que se o licitante não tem o que esconder será muito simples apresentar as notas fiscais ou qualquer outro documento a ser solicitado pelo pregoeiro, vejamos alguns exemplos:

a) diligência para apresentação de planilha de custos  
(licitante apresentou e não foi desclassificado)

"Processo administrativo nº 6700.025943/2020 Pregão 17/2021 – Diligência Comprovação da exequibilidade da proposta apresentada DILIGÊNCIA Afim de comprovação da exequibilidade dos preços ofertados no PE 17/2021 para fornecimento de quantinhas, solicitamos da licitante arrematante, DELÍCIAS DA MASSAGUEIRA LTDA, que apresente a composição detalhada dos custos do objeto e o respectivo lucro da empresa. O prazo para apresentação será de dois dias úteis, terminando no dia 09 de junho de 2021. A composição detalhada dos custos deverá ser enviada para o e-mail gerencia.licitacoes@arser.maceio.al.gov.br, e será publicada no sítio do Município de Maceió. Ressaltamos que configura crime de frustração de caráter competitivo da licitação, cuja pena é de reclusão, de 4(quatro) anos a 8(oito) anos e multa, nos termos do art. 337-F da Lei nº 14133/2021, sem prejuízo das ações administrativas aplicáveis nos casos de inexecução parcial ou total da ata de registro de preços. Maceió, 06 de junho de 2021 Sâmmara Cardoso Lira de Almeida Pregoeira"

disponível em:

<https://www.comprasnet.gov.br/pregao/fornec/avisos4.asp?prgCod=913871&qacod=1203747&texto=T>

b) A diligência para apresentação de notas fiscais (licitante não apresentou e foi desclassificado).

[https://bnccompras.com/Process/ProcessView?param1=%5Bgkz%5DgRivWembE9OIHGQq\\_IgOHA2GyWcKQpPxNaMUaMRvP4KrPZkefR%2FIGoA9B%2FXQ9DKOjc6eKBk9zBdhwtbF3Zteg%2F4q3aXlJfwzhI94aA\\_Z1Ik%3D](https://bnccompras.com/Process/ProcessView?param1=%5Bgkz%5DgRivWembE9OIHGQq_IgOHA2GyWcKQpPxNaMUaMRvP4KrPZkefR%2FIGoA9B%2FXQ9DKOjc6eKBk9zBdhwtbF3Zteg%2F4q3aXlJfwzhI94aA_Z1Ik%3D),  
após acessar o link clicar na opção mensagens

Do mesmo modo, manter uma empresa regular perante todos os órgãos que regulam a atividade empresarial exige um conjunto de atividades e custos que necessariamente precisam fazer parte da composição dos custos e da formação dos preços.

Não seria justo que em um procedimento de contratação pública fossem admitidos ou contratados licitantes irregulares ou que eventualmente operam de forma irregular. Lado outro, não se pode julgar de maneira pretérita um licitante que se encontra regular e cujo principal objetivo não é só o de vencer uma disputa e sim de prestar um serviço com a qualidade que a administração espera.

A licitante P GALVÃO DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI neste certame apresentou valores inexequíveis ao nosso olhar. Contudo, a melhor forma de se apresentar a exequibilidade da proposta é apresentar a planilha de custos de cada lote arrematado, juntamente, mais uma vez, com a apresentação de notas fiscais que possam demonstrar que o licitante comercializa os produtos no preço arrematado, detalhando todos os custos desde a captação da água mineral na fonte, logística, impostos tributários, impostos com pessoal, frete (combustível), imposto sobre a emissão da nota fiscal de

venda, entre outros custos que englobam a venda do objeto.

Outro ponto em questão é em relação ao endereço do fornecedor que é muito duvidoso, pois de acordo com o Google Maps o endereço é RESIDENCIAL (Link: [https://www.google.com/maps/place/R.+Rodrigues+Alves,+251+-+Prado,+Maceió%2C%2B3+-+AL,+57010-280/@-9.6668506,-35.7513465,3a,80.2y,79.55h,87.26t/data=!3m6!1e1!3m4!1sd-N8VCKn1\\_1SJyG\\_zsQ7vQ!2e0!7i16384!8i8192!4m5!3m4!1s0x7014f85351e3229:0x6fb0efc8e5601617!8m2!3d-9.6668051!4d-35.7511746](https://www.google.com/maps/place/R.+Rodrigues+Alves,+251+-+Prado,+Maceió%2C%2B3+-+AL,+57010-280/@-9.6668506,-35.7513465,3a,80.2y,79.55h,87.26t/data=!3m6!1e1!3m4!1sd-N8VCKn1_1SJyG_zsQ7vQ!2e0!7i16384!8i8192!4m5!3m4!1s0x7014f85351e3229:0x6fb0efc8e5601617!8m2!3d-9.6668051!4d-35.7511746)), localizado à Rua Rodrigues Alves, 251 - Prado, Maceió/AL (conforme contrato social), sendo impossível o armazenamento da água mineral. A RDC 173 de 2006 da ANVISA regulamenta o comércio da água mineral, armazenamento, transporte, boas práticas, dentre outras normas. O contrato social da licitante indica somente este endereço, não possuindo qualquer outro endereço de armazenamento ou filial. Sendo assim, impossível de fornecer/armazenar água mineral.

A Polícia Federal é um órgão federal, deve seguir as normas do âmbito federal. O edital de licitação não tem como escopo excluir as normas do ordenamento jurídico, nem afastar as normas que regulam o objeto da licitação, visto que a administração pública deve obedecer, de modo pleno, a todas as normas vigentes do ordenamento jurídico pátrio, consoante preconiza o ordenamento jurídico. Desta forma, o mencionado entendimento é amparado pelo art. 5º da CRFB/88, pois não pode a administração pública ignorar o sistema jurídico que norteia a matéria no que diz respeito às normas que regulam a matéria de licitação, especificamente, o pregão eletrônico, as que norteiam o objeto da licitação, bem como de todos os legitimados para sua participação, conforme consta positivado assim:

"ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei" (, CF)

Corroborando com o mencionado entendimento, o art. 3º da Lei nº 12.376, de 2010, estabelece:

"Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece".

Além do mais, está claro na descrição do objeto: "Água mineral natural, sem gás, acondicionada em garrafão de polipropileno transparente de 20 litros de propriedade da contratada, lacrados, dentro dos padrões estabelecidos pelo DNPM, ANVISA e da ABNT"

Diante disso, pelo próprio endereço do CNPJ da P GALVÃO, percebe-se que a mesma não possui estrutura para o fornecimento de água mineral. Sendo assim, não atendeu aos requisitos estabelecidos pela Resolução nº. 173/2006 da ANVISA que regula as práticas para a Comercialização de Água Mineral Natural e Água Mineral, a qual estabelece em seu Art. 3º:

Art. 3º A avaliação do cumprimento do Regulamento Técnico constante do Anexo I dar-se-á por intermédio da Lista de Verificação das Boas Práticas para Industrialização e Comercialização de Água Mineral Natural e de Água Natural constante do Anexo II.

(...)

No Anexo II são elencados diversos requisitos mínimos que enseja a capacidade técnica para o exercício da atividade empresarial tais como:

Armazenamento: O armazenamento deve ser feito em local limpo e organizado de forma a garantir a proteção contra contaminantes. Devem ser armazenados sobre paletes ou estrados, respeitando o espaçamento necessário para garantir adequada ventilação, limpeza e, quando for o caso, desinfecção do local. Os paletes, exceto os descartáveis ou estrados devem ser de material liso, resistente, impermeável e lavável;

Transporte: O veículo de transporte deve estar limpo, sem odores indesejáveis, livre de vetores e pragas urbanas, dotado de cobertura e proteção lateral limpas, impermeáveis e íntegras. O veículo não deve transportar água mineral natural ou água natural envasada junto com outras cargas que comprometam a sua qualidade higiênico-sanitária; Os veículos destinados ao transporte de Água Mineral, Água Natural, Água Potável de Mesa e Água Purificada Adicionada de Sais que forem dotados de carroceria aberta devem atender as seguintes disposições:

1. Possuir lonas e forrações impermeáveis isentas de furos e rasgos que permitam a passagem de água ou poeira, devendo estar limpas, secas e sem odores ou resíduos que possam contaminar a carga ou sujar as embalagens.
2. As lonas devem ser dispostas bem esticadas para evitar eventual acúmulo de água em superfície.
3. A totalidade da carga deve ser bem envelopada, revestida e coberta com lona impermeável por fora das guardas da carroceria.
4. O embocamento deve ser firme e a amarração deve ser bem feita, usando cantoneira para evitar danos ao produto que pode ser ocasionado pelas cordas.
5. O empilhamento máximo de carga deve ser feito de maneira a evitar danos nas embalagens.

Não se trata de simplesmente ter um local em que possam ser empilhados os produtos e os meios para realizar o transporte. É necessária ainda a devida adequação do espaço físico tais como paredes, áreas de circulação, ventilação, piso, instalações sanitárias, dentre outros.

Ou seja, existe uma série de requisitos técnicos a que o comerciante do produto licitado precisa atender para que possa ser considerado apto a fornecer o bem à administração pública.

Com isso, analisando o endereço do fornecedor, gera assim dúvidas em relação ao cumprimento do regulamento da ANVISA. Pois seria impossível o armazenamento do produto no referido endereço.

### III. DA OBRIGATORIEDADE DE REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIAS

Vejamos o que ensina Marçal Justen Filho quanto ao conteúdo das diligências, esclarecimentos, limites das diligências, o devido processo legal e o contraditório.

#### DO CONTEÚDO DAS DILIGÊNCIAS E ESCLARECIMENTOS

"As diligências e esclarecimentos consistem em atividades desenvolvidas diretamente pela autoridade julgadora, destinadas a eliminar imprecisões e confirmar dados contidos na documentação apresentada pelo licitante. Envolve a prática de ato administrativo, consiste em verificação de situação fática, requerimento de informações perante outras autoridades públicas, confirmação da veracidade de documentos e assim por diante. A diligência é uma providência para confirmar o atendimento pelo licitante de requisitos exigidos pela lei ou pelo edital, seja no tocante à habilitação, sejam quanto ao próprio conteúdo da proposta."

#### OS LIMITES PARA DILIGÊNCIA

"Qual a extensão da diligência? A Lei determina a vedação à apresentação de documentos que deveriam ter constado dos envelopes (...)

Se o particular apresentou um documento e se reputa existir dúvida quanto ao seu conteúdo, é possível que a diligência se traduza numa convocação ao particular para explicar e, se for o caso, comprovar documentalmente o conteúdo da documentação anterior (...)

Será obrigatório que a Comissão convoque o interessado a esclarecer a natureza de sua experiência anterior (...)

Logo será facultado ao interessado apresentar a documentação atinente à contratação de que resultou o atestado."

#### O DEVIDO PROCESSO LEGAL E O CONTRADITÓRIO

"A realização da diligência submete-se ao devido processo legal e ao contraditório. Como regra, deve ser antecedida de comunicação a todos os possíveis interessados, inclusive para permitir o seu acompanhamento por todos os participantes da licitação. (...)

No curso de uma licitação, a autoridade administrativa não está legitimada a produzir vistas sigilosas, telefonemas pessoais ou qualquer providência destituída de transparência. Toda e qualquer diligência tem de observar o princípio da publicidade, do contraditório e da ampla defesa. Todos os licitantes devem ser informados da adoção de diligências, que devem ser realizadas de modo a preservar a objetividade e a moralidade. (...)"

#### OS LIMITES À DECISÃO DE REALIZAR OU NÃO A DILIGÊNCIA

"Em primeiro lugar, deve destacar-se que não existe uma competência discricionária para escolher entre realizar ou não a diligência. Se os documentos apresentados pelo particular ou às informações neles contidas envolverem pontos obscuros - apurados de ofício pela Comissão ou por aprovação de interessados -, a realização de diligência será obrigatória (...)

Portanto, a realização da diligência será obrigatória se houver dúvidas relevantes. A realização da diligência não é uma simples "faculdade" da Administração, a ser exercida segundo juízo de conveniência e oportunidade. (...). Se a dúvida for sanável por meio de diligência, será obrigatória a sua realização." (grifei)

É inquestionável que a autoridade julgadora dispõe de competência para decidir sobre cabimento ou não da realização da diligência. Mas a denegação da diligência apenas será válida quando fundada em motivos que demonstrem a ausência de seu cabimento.

E a ausência de cabimento da diligência ocorrerá em duas situações. A primeira consiste na inexistência de dúvida ou controvérsia sobre a documentação e os fatos relevantes para a decisão. A segunda é a impossibilidade de saneamento de defeito por meio de diligência. Em todos os demais casos, será cabível - e, por isso, obrigatória - a diligência." (grifei)

#### V. DOS PEDIDOS

Conclui-se, portanto, que:

- i. Resta diligência no sentido de exigir apresentação de notas fiscais;
- ii. Apresentada dúvidas acerca de qualquer documento no processo licitatório, a realização de diligência por parte do pregoeiro não é facultativa, passa a ser obrigatória.

Ante o exposto, requer, outrossim, que as razões apresentadas:

- i. Motivem o pregoeiro a realizar diligência acerca dos valores inexequíveis apresentados na proposta, solicitando apresentação da planilha de custos, ou nota fiscal que demonstre a comercialização dos itens do objeto pelo valor arrematado;
- ii. Motivem o pregoeiro a realizar diligência no endereço do fornecedor acerca do cumprimento da Resolução da ANVISA RDC 173/2006;
- iii. Caso seja constatado as irregularidades, que a licitante P GALVÃO seja inabilitada.

Nesses termos,  
Pede deferimento.

Maceió - AL, 03 de Março de 2022.

O AMIGÃO COMÉRCIO DE ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA - ME  
CNPJ: 18.008.915/0001-09

**Voltar**   **Fechar**